Nove Anos após tragédia em Mariana, atingidos protestam e cobram justiça para vítimas

No marco dos nove anos do desastre ambiental que devastou o distrito de Bento Rodrigues e Paracatu, em Mariana, atingidos pela barragem de Fundão se reuniram para relembrar as vítimas e reafirmar suas reivindicações por justiça. O ato, organizado pela Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), incluiu o plantio de mudas de árvores em memória das vítimas, espalhadas pelo território desfigurado da comunidade. A ação contou com o apoio da Universidade Federal de Ouro Preto, do Grupo Conterra e da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA).

Foto: Igor Varejano

Representantes das comunidades atingidas fizeram discursos emocionantes, destacando a dor e as perdas enfrentadas, enquanto o público presente percorreu o território até a Capela São Bento, cuja restauração é uma demanda da comunidade local. Em um discurso contundente, Mônica Santos, integrante da comissão, classificou a tragédia como um crime e

criticou a ganância das mineradoras. “Foram 20 vidas ceifadas no dia 5, vidas que poderiam ter sido poupadas. Embora a empresa seja um CNPJ, por trás dele há pessoas que tinham o poder de decisão e sabiam dos riscos”, destacou. Mônica também ressaltou o impacto do desastre na saúde dos moradores, afirmando que, nesses nove anos, 71 pessoas da sua comunidade foram perdidas, muitas vítimas de depressão e câncer, doenças antes incomuns.

Em relação ao recente acordo de repactuação firmado entre governo, Justiça e mineradoras, Mônica expressou frustração com a exclusão dos atingidos do processo. “Já houve acordos antes, e eles falharam justamente porque as empresas não foram obrigadas a cumprir. Agora, mais uma vez, fizeram tudo sem a nossa participação. E quem ganha com isso são as mineradoras, enquanto nós recebemos migalhas,” disse.

Petistas lembram em discursos na Câmara os 9 anos da tragédia de Mariana

O deputado Rogério Correia (PT-MG), que liderou a Comissão Externa de Fiscalização dos Rompimentos de Barragens, também lamentou que, após nove anos, os danos ainda persistam. Ele, porém, destacou que um novo acordo de repactuação foi fechado, mediado pelo governo Lula, com a inclusão do Ministério Público Federal e estadual e dos governos de Minas e Espírito Santo. “Finalmente, chegou-se a um novo acordo de repactuação: R$ 170 bilhões foram negociados para que se faça alguma justiça a mais do que foi feita até hoje, que, repito, foi muito pouca,” declarou Correia. Segundo o parlamentar, a Comissão Externa acompanhará o cumprimento deste acordo.

O deputado Padre João (PT-MG), relator da Comissão, reforçou o papel fundamental do presidente Lula na repactuação e lamentou a falta de punição aos responsáveis. “Enquanto o crime em si, ninguém foi preso. Isso evidencia que nesses nove anos o Judiciário e o Ministério Público pecaram pela falta de resposta aos atingidos, mas também ao mundo,” afirmou.

Acordo homologado pelo STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por unanimidade, o acordo de **R$ 170 bilhões** fechado entre o governo federal, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e as mineradoras responsáveis pelo desastre em Mariana. Nesta quarta-feira (6), o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, homologou o acordo e levou sua decisão ao plenário, onde foi aprovada por todos os ministros.

Veja a matéria completa no link

https://www.territorionoticias.com.br/noticia/3371/nove-anos-apos-tragedia-em-mariana-atingidos-protestam-e-cobram-justica-para-vitimas em 17/07/2025 18:44